



CHAMADA DE TRABALHOS
ESCOLA DE VERÃO DO SMAIAS-ASN 2022
17–21 de janeiro de 2022

Caminhos para uma Transição Justa: Ecologia e Movimentos Populares no Sul

No estágio atual de crise sistêmica, o controle da natureza não humana nas periferias globais pelo capital monopolista tornou-se uma preocupação central. A livre apropriação da natureza das periferias não é nova, mas suas manifestações e caráter foram alterados com o ressurgimento do capital financeiro e sua força hiperespeculativa. Tem havido uma penetração intensificada de investimentos estrangeiros corporativos nas periferias, especialmente em indústrias baseadas na natureza, como produtos florestais e derivados de madeira, pesca, extração mineral e sistemas terrestres e alimentares, enquanto o debate climático também mudou o ônus por preservar o equilíbrio ecológico do planeta para os países do Sul. Além disso, a própria preservação da natureza está se transformando cada vez mais em um empreendimento com fins lucrativos, como no rápido desenvolvimento dos mercados de carbono.

Essas tendências sistêmicas desencadearam novas rodadas de acumulação primitiva e novas formas de busca de renda que intensificaram a exploração e a opressão nas periferias, resultando em conflito direto entre pessoas dependentes da natureza e os monopólios corporativos. O conflito ecológico, local e global, é intrínseco à atual crise sistêmica. Perspectivas concorrentes sobre a natureza e seu lugar na sociedade agora estão gerando estratégias políticas conflitantes em uma ampla gama de questões, desde os bens comuns e cidades sustentáveis até a engenharia climática e a intervenção humanitária “verde”. E há, de fato, um poderoso contra-movimento que visa reinventar o capitalismo monopolista como “capitalismo verde”.

Os cenários ambientais permanecem catastróficos para a maioria da população mundial, localizada nas periferias do mundo. Uma transição global só pode ser justa se implicar na redistribuição de recursos no interesse dos povos trabalhadores e oprimidos. A noção de uma transição justa está sendo amplamente contestada, por movimentos populares, organizações não governamentais, sindicatos, grupos de reflexão, grandes empresas e governos. Embora tenha origem em uma crítica aos discursos dominantes sobre o desenvolvimento sustentável, agora monopólios corporativos, organizações multilaterais e governos do Norte estão se apropriando da ideia para promover suas próprias versões de energia limpa e seu uso prudente, particularmente no Sul. Devemos, portanto, avançar nosso próprio entendimento da relação entre crise ecológica, padrões de acumulação e alternativas.

Pesquisas e debates recentes lançaram luz sobre o papel da natureza na longa duração da produção primária e da reprodução social nas periferias. A expansão do capitalismo a partir de seu local de nascimento no Atlântico Norte dizimou ou remodelou sistemas sociais e ecologias pré-capitalistas com metabolismos sociais estáveis ou apenas propensões regionalizadas para rupturas metabólicas. Os efeitos de longo prazo da expansão capitalista, incluindo sua transformação industrial sob controle monopolista, estabeleceram padrões globais de desenvolvimento desigual e colocaram em questão nada menos do que a sobrevivência neste planeta para a maior parte da humanidade, os camponeses, as classes trabalhadoras, indígenas, quilombolas e povos tradicionais que constituem a população global excedente do sistema.

A expansão histórica do capitalismo foi baseada em vários regimes de controle de recursos nas periferias, cujos legados persistem até o presente. Sob o colonialismo, o controle dos recursos foi alcançado pelo estabelecimento de extensa propriedade privada nas colônias de assentamento, ou pela subordinação das normas e costumes sociais à exploração capitalista e à tutela das autoridades coloniais. Esses regimes de controle de recursos persistiram após a descolonização e se aceleraram sob o neoliberalismo, à medida que a ordem neocolonial global foi consolidada. Até hoje, eles são implantados contra os sistemas locais de produção e reprodução social, facilitando a invasão de terras férteis, florestas e recursos hídricos. Muito depois da descolonização política, eles continuam a expulsar camponeses e povos tradicionais do campo e para as crescentes reservas de trabalho do mundo, em cidades superlotadas e para além de fronteiras internacionais em condições desesperadoras e muitas vezes letais. Enquanto isso, os centros do Norte continuam a consumir a mão-de-obra e as matérias-primas das periferias por meio de trocas desiguais mediadas pelo ambiente, usando menos de seu próprio ambiente físico-natural e aproveitando os valores de uso dos recursos naturais do sul.

Novas fronteiras agrícolas estão sendo abertas pela agricultura corporativa, mineração e finanças por meio de novas apropriações de terras para indústrias extrativas e de processamento, ou monoculturas e plantações de árvores, incluindo créditos de carbono, energia “verde” e biocombustíveis. Os sistemas globais de valores na agricultura, mineração e indústria têm avançado em um ritmo acelerado contra os produtores camponeses e povos indígenas, quilombolas e tradicionais. O controle costumeiro sobre os recursos tem diminuído com o avanço capitalista, muitas vezes sucumbindo à cooptação por meio de suas próprias clivagens sociais internas. Os próprios regimes de recursos controlados pelo Estado, no período desenvolvimentista ou neoliberal atual, moveram-se contra grupos sociais historicamente oprimidos, especialmente mulheres, os racialmente oprimidos e as castas inferiores. Os centros metropolitanos também empurraram as periferias para novos papéis como reservatórios para os produtos residuais do desenvolvimento capitalista industrial no curso da industrialização voltada para a exportação, ao mesmo tempo que estendem os mercados capitalistas sob seu controle monopolista aos recursos atmosféricos globais e às capacidades de absorção de CO₂. Esses são hoje os novos obstáculos ao desenvolvimento do Sul, que preparam o terreno para o impacto desigual das mudanças ambientais e da instabilidade climática.

A escalada neoliberal do intercâmbio desigual sob a égide do capital monopolista-financeiro apresenta ameaças existenciais. Novos genocídios estão claramente na agenda do século XXI. Os bens comuns continuam a ser cruciais para a reprodução social dos povos trabalhadores e oprimidos, atravessando a divisão rural-urbana, mesmo enquanto sustentam as reservas de trabalho e a superexploração. Novas alternativas devem agora ser buscadas no interesse dos trabalhadores e grupos historicamente oprimidos para o exercício do controle soberano sobre os recursos. Em um nível básico, a recuperação de terras e territórios de colonos e monopólios corporativos é necessária para o avanço do controle soberano e popular sobre os bens comuns, para o próprio desenvolvimento industrial e sustentável do Sul. Em um nível de planejamento, isso requer experimentar uma combinação de sistemas de controle de recursos para avaliar e aumentar seu potencial igualitário e sustentável, incluindo sistemas agroecológicos tradicionais e modernos, ecologia pastoril, agriculturas urbana e à prova de clima e formas de uso coletivo de recursos, sejam vivos, como pescarias, ou semi-vivos, como aquíferos e sistemas hidráulicos compartilhados. Em outro nível, requer um novo esforço científico para o avanço do conhecimento popular, o estabelecimento de vínculos industriais soberanos, uma recuperação da tecnologia popular e apropriada, tudo dentro de uma perspectiva igualitária e sustentável.

Também requer mobilização social embutida em uma estratégia mais ampla para alcançar uma alternativa não capitalista, buscando a unidade rural-urbana entre os trabalhadores e grupos oprimidos, e pensando estrategicamente nas questões incômodas do poder do Estado e da solidariedade Norte-Sul. As respostas populares à crise ecológica geralmente têm sido lideradas por movimentos de base rural pela reforma agrária e agrária, movimentos de mulheres, movimentos de povos tradicionais, quilombolas e indígenas e certas forças políticas mais amplas que abrangem a divisão rural-urbana e lutam por questões raciais, sociais, justiça econômica e ambiental. Essa diversidade também abrange um amplo espectro operacional e ideológico, desde lutas difusas, localizadas e discretas, a movimentos radicais de terras e lutas armadas com uma perspectiva autonomista ou de libertação nacional, a movimentos de justiça social que empregam meios constitucionais em defesa de modos de vida alternativos, organização social, produção e consumo. As questões históricas relativas à base social, liderança,

estratégia, tática, ideologia e alianças internacionais de tais movimentos permanecem sobre a mesa e são fundamentais para compreender os desafios e possibilidades que se avizinham.

A Escola de Verão de 2022 busca contribuir para esses debates variados e aprofundar nosso conhecimento coletivo sobre os caminhos para uma transição global justa. A Escola de Verão focará geralmente nas questões levantadas acima e mais especificamente nos temas abaixo:

1. Troca desigual e as políticas de mudança climática na divisão internacional do trabalho;
2. Sistemas globais de valores agrícolas e seus impactos no meio ambiente;
3. Extrativismo e evolução dos sistemas globais de valores minerais;
4. Evolução dos regimes de recursos naturais e impactos nas relações de gênero e reprodução social;
5. Expulsão e usurpação de camponeses, pastores, indígenas, quilombolas e povos tradicionais;
6. A expansão das reservas de trabalho e a relação rural-urbana;
7. Raça e casta em questões de terras rurais e urbanas;
8. Cidades sustentáveis e reforma urbana;
9. Patriarcado, ecologia e movimentos femininos;
10. Sistemas agroecológicos e conservação;
11. Política de lutas pelos bens comuns;
12. Alternativas de industrialização ecológica para o Sul;
13. Movimentos populares, estratégias e solidariedade internacional.

A Escola de Verão SMAIAS-ASN valoriza a diversidade e promove o diálogo entre a academia e a sociedade civil. Reúne jovens e veteranos(as) pesquisadores(as) e ativistas da sociedade civil de todos os continentes, especialmente da África, Ásia, América Latina e Caribe, e proporciona reflexão e aprendizado coletivos. Pesquisadores(as) e ativistas interessados(as) são convidados(as) a enviar propostas de trabalhos (resumos) de até 300 palavras, em inglês, até 31 de agosto de 2021. As propostas devem ser enviadas para agrariansouth@gmail.com, com cópia para Dr. Walter Chambati em walter@aiatrust.org. Mulheres são especialmente encorajadas a participar. A seleção das propostas será tornada pública no final de setembro por meio de nossas redes sociais, [@AIAS_trust](https://www.instagram.com/AIAS_trust), [@Agrarian_South](https://www.facebook.com/Agrarian_South), www.facebook.com/agrariansouthnetwork, e dos sites <http://aiatrust.org/> e <http://www.agrariansouth.org/news/>. Os resultados não serão comunicados individualmente. Os(as) autores(as) das propostas selecionados(as) serão solicitados(as) a desenvolver seus trabalhos completos até 30 de novembro de 2021, e serão convidados(as) a participar dos painéis da Escola de Verão. A Escola de Verão será realizada remotamente em formato virtual, na semana de 17 a 21 de janeiro. Devido à situação de pandemia em curso, uma reunião física não está sendo planejada atualmente. Os trabalhos apresentados na Escola de Verão podem eventualmente ser selecionados para publicação em *Agrarian South: Journal of Political Economy*, sujeito ao processo normal de revisão por pares.